



Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

Não foram identificados evidências de *impairment* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **j. Intangível:** O intangível está representado por gastos com direitos relativos a licenças de uso e projetos gerados internamente, registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 2 a 4 anos. **k. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda, deduzido dos custos com vendas e o valor em uso de um ativo. **l. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **m. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A Medida Provisória nº 1.034/2021 majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 25% entre 01 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para as instituições financeiras. Em 04/2022 foi editada a Medida Provisória nº 1.115, que determina o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro de 20% para 21% para os Bancos a partir de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **q. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **s. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis:** Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição. Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para utilização da metodologia simplificada da PECLD pelas instituições enquadradas no Segmento 4 (S4), entre outros, este plano poderá ser revisado pela gestão da instituição. A seguir encontram-se listas alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: • Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ); • Classificação de passivos financeiros; • Custos de transação; • Ativos com problemas de recuperação de crédito; • Renegociação e reestruturação de ativos financeiros; • Baixa de ativos financeiros; • Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e • Evidenciação. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; • Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4.376	2.527
Disponibilidades em moedas estrangeiras	168.427	42.322
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	200.002	159.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	255.000	166.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.936	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	630.741	370.845

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de revenda (posição bancada). **5. Instrumentos financeiros: a. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:**

	Vencimento		31/12/2022		31/12/2021	
	De 31 a 90 dias	91 a 180 dias	Valor Mercado	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Custo
Títulos Disponíveis para venda						
Carteira Própria - LFT	-	-	26.272	83.761	110.033	110.018
Vinculados a compromisso de recompra (a)	-	-	62.732	81.642	144.374	144.339
Vinculados a prestação de garantia - LFT	-	-	-	-	-	281
Vinculados a prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	23.421	23.421	23.440	11.499
Títulos para Negociação						
Carteira Própria - LFT	-	-	-	-	144.650	144.675
Vinculados a compromisso de recompra						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	99.349	99.340
Total			89.004	188.824	277.828	277.797

(a) A obrigação de recompra destes títulos está registrada no passivo no valor de R\$ 144.047 (R\$ 105.322 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde ao valor do título vendido, atualizado pela taxa pactuada no momento da venda, sendo esta a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular

nº 3.068/2001. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado o ajuste de R\$ 31 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2021), deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 14 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **b. Relações interfinanceiras:**

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos vinculados ao Banco Central	101.844	22.210
Correspondentes (a)	4.581	990
Outros	4	1
Total circulante	106.429	23.201

(a) Tratam-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos com as empresas IS2B Integrated Solutions to Business S.A. no total de R\$ 917 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 938 em 31 de dezembro de 2021) e JUNO no total de 3.654 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) e valores mantidos em conta gráfica com a Empresa MercadoPago.com Representações Ltda., para suportar as operações de contratação de empréstimos no total de R\$ 7 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021). **c. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

(a) Composição das operações de crédito por modalidade

	31/12/2022		31/12/2021	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Setor privado				
Capital de giro	44.016	20.568	64.584	59.602
Operação ativa vinculada	1.621	-	1.621	6.417
Conta garantida	10.206	58	10.264	11.193
Total operações de crédito	55.843	20.626	76.469	77.212

(b) Composição da carteira por vencimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
Vencidos:				
Até 60 dias	1.684	4.202		
De 61 a 180 dias	524	1.140		
Acima de 180 dias	598	5.383		
A vencer:				
Até 180 dias	30.469	39.549		
De 181 a 360 dias	22.567	26.938		
Acima de 360 dias	20.627	27.763		
Circulante	55.842	77.212		
Não circulante	20.627	27.763		
Total	76.469	104.975		

(c) Composição da carteira por setor de atividade:

	31/12/2022		31/12/2021	
Comércio	74.006	94.444		
Outros serviços	842	2.308		
Pessoa física	1.621	8.223		
Total	76.469	104.975		

(d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco. Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/2000 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito e respectiva provisão, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/1999 do CMN:

	Operações de crédito				Provisão	
Nível risco	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	4.937	28	4.965	6,49	(25)	0,5
B	46.315	712	47.027	61,50	(470)	1
C	11.663	503	12.166	15,91	(365)	3
D	4.073	88	4.161	5,44	(416)	10
E	2.277	413	2.690	3,52	(807)	30
F	15	27	42	0,05	(21)	50
G	3.497	14	3.511	4,59	(2.457)	70
H	886	1.021	1.907	2,49	(1.907)	100
Total	73.663	2.806	76.469	100,00	(6.468)	

(e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	11.684	11.172	21.518
Constituição de provisão	2.606	8.796	15.845
Reversão de provisão	(2.133)	(3.916)	(6.460)
Efeito na despesa	473	4.880	9.385
Créditos baixados para prejuízo	(5.689)	(9.584)	(19.731)
Saldo final	6.468	6.468	11.172
Circulante	3.415	3.415	7.630
Não circulante	3.053	3.053	3.542

8. Imobilizado de uso e intangível:

	31/12/2022				31/12/2022			
	Imobilizado de Uso				Intangível			
	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Total	Licença	Implantação de produtos	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	151	308	52	3.150	3.661	2.333	3.871	6.204
Aquisições	28	8	4	1.644	1.684	624	970	1.594
Baixas	(8)	(11)	(4)	(62)	(85)	-	(45)	(45)
Deprec/Amortiz	(22)	(25)	(4)	(642)	(693)	(58)	(2.168)	(2.226)
Saldo final em 31/12/2022	149	280	48	4.090	4.567	2.899	2.628	5.527
Custo	462	463	86	5.990	7.001	2.998	11.827	14.825
Deprec/Amortiz	(313)	(183)	(38)	(1.900)	(2.434)	(99)	(9.199)	(9.298)
Saldo final em 31/12/2022	149	280	48	4.090	4.567	2.899	2.628	5.527

(c) **Despesas com operações de captação no mercado:** Do total de R\$ 165.505 (R\$ 64.238 em 31 de dezembro 2021) de despesas com captações em 31 de dezembro de 2022, R\$ 147.135 (R\$ 52.212 em 31 de dezembro 2021) refere-se, substancialmente, a despesas de captações com depósitos a prazo e R\$ 16.772 (R\$ 10.583 em 31 de dezembro 2021) refere-se à despesas de captações com operações compromissadas, o restante das despesas está vinculado a despesas com FGC, no montante de R\$ 1.598 (R\$ 1.443 em 31 de dezembro de 2021). **10. Provisões: (a) Provisões para passivos contingentes:**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes	2.180	1.751
Circulante	21	406
Não circulante	2.159	1.345

O Banco possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, de natureza trabalhista e cível. Abaixo, demonstramos a provisão contabilizada:

	Provisão	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Trabalhista (a)	Provável	2.072
Cível (a)	Provável	108
Total	2.180	1.751

(i) As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto

(f) Recuperação de créditos baixados: **2º Sem. 2022** 31/12/2022 31/12/2021
 Recuperação de créditos baixados 2.475 5.434 7.928
 (g) Concentração dos maiores tomadores de créditos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(R\$ mil)	% carteira	(R\$ mil)	% carteira
10 maiores devedores	13.281	17,37	19.458	18,53
50 maiores seguintes	26.474	34,62	38.369	36,55
100 maiores seguintes	23.196	30,33	25.253	24,06
Demais	13.518	17,68	21.895	20,86
Total	76.469	100,00	104.975	100,00

(h) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foi apurado considerando os critérios descritos na Resolução BACEN nº 2.682/1999, que considera: Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Renegociados **2º Sem. 2022** 31/12/2022 31/12/2021
 1.821 5.130 3.482

d. Títulos e créditos a receber: Refere-se a operação de antecipação de recebíveis conforme apresentado abaixo:

	12/2022	12/2021
Títulos e créditos a receber	798.940	878.526
Provisão para outros créditos	(247)	(81)
Total circulante	798.693	878.445

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de receitas foi de R\$ 362.965 (R\$ 250.430 em 31 de dezembro de 2021), despesas foi de R\$ 340.685 (R\$ 235.017 em 31 de dezembro de 2021) e o resultado líquido foi de R\$ 22.280 (R\$ 15.413 em 31 de dezembro de 2021). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

6. Créditos tributários:

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito tributário	35.610	5.064
Circulante	22.126	2.821
Não circulante	13.484	2.243

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em				
	31/12/2021	Constituição	Realização	Baixa	31/12/2022
Crédito tributário sobre adições temporárias	5.064	34.161	(409)	(3.206)	35.610
Período	31/12/2022	31/12/2021			
Até 1 ano	22.126	2.821			
Até 2 anos	11.343	452			
Até 3 anos	777	337			
Até 4 anos	299	220			
Até 5 anos	-	40			
Mais de 5 anos	1.065	1.194			
Total	35.610	5.064			

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 14,19% a.a. em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 31.310 (R\$ 4.077 em 31 de dezembro de 2021). O saldo existente em 31 de dezembro de 2022 de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos contabilmente foi constituído sobre as diferenças temporárias de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, sobre base negativa de contribuição social, sobre as despesas ainda não dedutíveis, sobre as contingências trabalhistas e cíveis e está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado e aprovado pela Administração, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. **b. Créditos tributários não registrados:** O Banco não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o Banco não registrou contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 16.415 referente a uma base de prejuízo de R\$ 65.660 em 31 de dezembro de 2021 e também não registrou créditos tributários de base negativa de contribuição social de R\$ 13.280 referente a uma base negativa de CSLL de R\$ 66.402 em 31 de dezembro de 2021. **7. Outros ativos: a. Carteira de câmbio:** (a) Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	298.803	42.682
Câmbio comprado a liquidar	298.803	42.682
Direito sobre vendas de câmbio (Adiantamentos em moeda nacional recebidos)	(42.354)	(790)
Total	256.449	41.892

Passivo Circulante

	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio vendido a liquidar	297.993	51.445
Obrigações por compras de câmbio	296.746	42.741
Total	594.739	94.186

(b) Resultado: No período findo em 31 de dezembro de 2022 foi registrado um resultado com operações de câmbio no valor de R\$ 101.362 (R\$ 74.687 em 31